

MUSEUS NO BRASIL: A NOVA MUSEOLOGIA E OS BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Autora: KÊNYA JESSYCA MARTINS DE PAIVA¹

Co-autora JULIANE CONCEIÇÃO SERRES PRIMON

Resumo: Este trabalho, realizado junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID, financiado pela CAPES, pretende apresentar um panorama geral da compreensão das instituições museológicas que se tinha e se tem hoje no Brasil, ressaltando as questões fundamentais de sua existência e oferecendo ao leitor uma reflexão sobre padrões tradicionais de organização dos museus e as transformações ocorridas com a Nova Museologia. Dessa forma, busco destacar esta instituição patrimonial como percurso educativo para dinamizar o conhecimento entre comunidade escolar e a memória coletiva dos grupos que compõem nosso país. As práticas pedagógicas que se utilizam do museu, podem servir para todas as áreas do conhecimento, mas especialmente para a História, já que essa disciplina é elemento fundamental para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Museus; educação; memória; patrimônio.

Museu: memória e patrimônio

Um dos papéis da escola é atuar para a produção e conhecimento das identidades socioculturais dos alunos (BERGAMASCHI, 2000, p. 21), incentivando a prática da cidadania - palavra tão difundida no nosso cotidiano, desde aos jornais, televisão até aos discursos de políticos e educadores. O conceito de cidadania envolve a relação entre nossos direitos e deveres diante do Estado, portanto, para os alunos e as pessoas em geral se tornarem cidadãos de fato, é necessário o conhecimento de conceitos e a criticidade que permitam compreender e intervir nas questões que regem o país.

A aprendizagem do conhecimento social é um direito dos alunos, e o campo da história é primordial para produzir essas identidades socioculturais cidadãs e democráticas, principalmente no que tange à compreensão das noções de “espaço” e “tempo” e da inserção dos sujeitos, individual e

¹ Graduanda de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA/ Campus Jaguarão. Orientadora Prof^a Dra. Juliane Conceição Serres Primon.

socialmente nos diferentes espaços e tempo. (BERGAMASCHI, 2000, p. 22)

Ensinar história como uma possibilidade do sujeito situar-se no tempo e no espaço em que vive, fazendo-o conhecer e construir os aspectos do passado, para compreender, refletir e argumentar sobre o presente é a missão daquele que se propõe a profissionalizar-se como educador/historiador (PERRENOUD, 1999, p. 01). Nesse sentido, destaca-se a importância da memória individual e social, encontrada em diferentes espaços tanto materiais: prédios, pontes, praças, museus e bibliotecas, quanto imateriais: dança, música, religião, comida, etc.

Nos últimos anos, a área do ensino de história tem buscado analisar outras fontes, tais quais: fotografia, cinema, literatura e música, incentivando a construção do conhecimento histórico em sala de aula agrupando essas novas fontes às questões teóricas e metodológicas (FRAGA, 2010, p. 01.). O museu, enquanto patrimônio cultural de caráter educativo e social carrega consigo a oportunidade de ensino de história de variados contextos, pois nele podem-se encontradas todas essas fontes citadas e muitas outras.

Neste artigo meu objetivo é delinear um panorama geral da compreensão das instituições museológicas que se tinha e se tem hoje no Brasil, ressaltando as questões fundamentais de sua existência e oferecendo ao leitor uma reflexão sobre padrões tradicionais de organização dos museus e as transformações ocorridas com a Nova Museologia. Segundo Georges-Henri Rivière² *o museu é uma instituição que tem por finalidade conservar, comunicar e expor o patrimônio, no intuito de desenvolver a educação e a cultura*. Nesse sentido, também busco elucidar os benefícios dessa instituição para o estudo e o ensino das diversas áreas do conhecimento, principalmente da História que é uma das disciplinas norteadoras da compreensão política, econômica e social dos alunos desde o início da vida escolar.

² Primeiro diretor do conselho internacional de museus- ICOM.

I. Compreensão do museu no Brasil e a Nova Museologia

No Brasil, a partir das últimas duas décadas do século passado, houve um grande número de estudos produzidos sobre museus e patrimônios culturais, tanto na área tanto de História quanto nas áreas de Antropologia e Turismo. Os museus, como outras instituições públicas abertas ao grande público, segundo Myrian dos Santos foram vistos como um dos responsáveis em ordenar, civilizar e disciplinar grandes setores da população. Em 1818 D.João VI criou no Brasil o Museu Imperial, um museu de história natural que tinha intercâmbio com outros museus de história natural na Europa. Porém, os grandes museus nacionais não eram aqueles que mostravam a flora e a fauna de cada nação, mas as riquezas culturais de cada império e com um tempo os museus do Brasil foram adquirindo esta característica. São muitos os relatos que mostram os museus, na época do império, voltados quase que totalmente à pesquisa, bem como a um público restrito àqueles com maior poder aquisitivo (SANTOS, 2004, p. 55.).

A preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil já vem desde antes da década de 1930 e em 1934 viu-se o surgimento do Departamento do Museu Histórico Nacional, o primeiro órgão oficial de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro: a Inspetoria de Monumentos Nacionais. Logo fora substituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e atualmente chama-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Não me deterei na explicação desses órgãos, pois nesse texto busco apresentar de forma geral como o museu foi compreendido no Brasil.

Na década de 1970 a mesa redonda em Santiago do Chile, organizada pela UNESCO e ICOM³ contou com a participação do estudioso Hugles de Varine que debateu sobre a importância do museu, afirmando que as pessoas (em geral) se quer conheciam as próprias cidades em que habitavam. Isto é, antes de qualquer

³ O Conselho Internacional de Museus é uma organização internacional de museus e profissionais de museus, a quem está confiada a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial - cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial - para a sociedade. Disponível em: <http://www.icom.org.br/>. Acessado em 24 de abril de 2012.

estudo nacionalista, era preciso atividades voltadas à memória local e o museu é o espaço ideal para a construção dessa ideia de pertencimento e de cidadania. Nesse momento iniciam mudanças significativas na concepção de museu e de seu papel social. No campo internacional da museologia, desde os anos 1960/70 houve um grande debate que veio a se contrapor às concepções e aos modelos museográficos até então vigentes, isto aconteceu com a chamada Nova Museologia.

Esta expressão Nova museologia, contém sua oposição ao que seria um museu tradicional, afirmando que este é elitista e voltado para si mesmo, distanciado do cotidiano dos indivíduos e dos grupos. Em contrapartida ao tradicionalismo, os teóricos da nova museologia, apontam que os museus devem assumir uma função social e superar os limites de uma cultura voltada à produção e circulação de bens culturais da elite. Varine, um dos criadores do conceito de ecomuseu, nos mostra alguns princípios norteadores dessas transformações como: o objeto está a serviço do homem e não o inverso; a arte não é a única expressão cultural do homem; profissional do museu é um servidor da comunidade, e por fim, o visitante não é um consumidor dócil, mas um criador que pode e deve participar da construção do futuro (VARINE, 1985 apud GONÇALVES, 2005, p. 261).

O antropólogo José Reginaldo Gonçalves expõe os museus como espaços integrantes dos modernos sistemas de arte e cultura, por meio dos quais grupos e categorias sociais representam e constituem simbolicamente suas inter-relações e sua inserção na sociedade brasileira. Seu foco está em, assumir os processos cotidianos de construção e reconstrução como tarefa inicial, para saber como os profissionais de museus concebem sua atividade e que relação estabelece entre esta e diversos grupos sociais que compõe de diferente modo nossa identidade brasileira, visto que, estes profissionais (museólogos) fazem uma mediação social e simbólica entre sociedade, o Estado e o público. Segundo a ICOM o Museu deve ser:

Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que realiza pesquisas sobre a evidência material do homem e do seu ambiente,

adquire-a, conserva-a, investiga-a, comunica-a e exhibe-a, com finalidade de estudo, educação e fruição.

Com essa definição do museu como instituição de caráter permanente que tem por função transmitir e expor testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, as possibilidades que permitem analisar o sentido real do museu, bem como as suas responsabilidades sociais são ampliadas. As novas práticas desenvolvidas priorizaram o respeito à diversidade cultural, integrando os museus às diversas realidades locais.

Dessa forma, a tarefa educativa iniciou um contato entre o público e as práticas interativas. Com o tempo, os museus brasileiros modificaram e diversificaram suas narrativas, abandonando antigos heróis nacionais, trazendo representantes mais populares da nação. Atualmente podem ser consideradas instituições museais, não só monumentos, jardins botânicos e zoológicos, como também centros culturais, aquários, galerias, centros científicos, planetários, reservas naturais, etc. (SANTOS, 2004, p. 58)

De acordo com o discurso do movimento da Nova museologia, os objetos perdem a condição de depositários de valores transcendentais e, tornam-se independentes das relações entre classes, grupos e categorias sociais. Assim, a ideia de museus é substituída por “fato museal”, que trás como propósito indicar a atividade profissional não a restringindo ao espaço da instituição museu, essa atividade é ampliada junto de determinada comunidade, bairro ou cidade (GONÇALVES, 2005, 262.). Isso faz com que, as relações de comunicação da sociedade com os museus se fortaleçam.

São nessas coordenadas ideológicas que definimos a identidade do museu a partir dos anos 1970 no Brasil. Esta redefinição fez oposição aos padrões estabelecidos quando se instituiu a primeira escola de museologia do país (DUMANS, 1942 apud GONÇALVES, 2005, p. 263.). O curso de Museus, fundado por Gustavo Barroso em 1932, foi o primeiro centro de formação dessa profissão do

país, funcionando até 1979, nas dependências do Museu Histórico Nacional (SANTOS, 2004, p. 56.). A princípio formava conservadores de museus para cumprirem funções como funcionários públicos no Museu Histórico Nacional e no Museu de Belas Artes. Durante décadas, grande parte de profissionais de museus que atuavam no Brasil eram formados por esta escola, por isso ela possui papel fundamental na reprodução de padrões difundidos pelo resto do país.

Dos anos 1930 até fins do ano 1960, a formação de conservadores de museus era centrada na identificação, autenticação e preservação de objetos. O museu era pensado como lugar que representava a história do Brasil, por meio de coleções que se formavam a partir das famílias de elite. Portanto, os objetos eram estimados pelo fato de terem pertencido a membros daquelas famílias e a heróis nacionais. Geralmente as coleções recebiam o nome da família doadora.

Com a Nova Museologia, esses objetos que ocupavam posição central no curso de museus são analisados de outra maneira fazendo com que, o museu evidencie seu papel social. Deste modo, modificou-se os limites do que se entendia por museus e a formação do profissional de museu passou a se definir a partir da categoria Museologia (GONÇALVES, 2005, p. 266). Hoje a definição da atividade do museólogo não se limita mais à perspectiva de trabalhar como funcionário público em algum museu do Estado, agora pode ser contratado por grupos ou empresas privadas, que desejam firmar publicamente sua memória e identidade.

O imenso desenvolvimento dos museus na última década pode ser pensado a partir do processo de fragmentação das formas de representação das identidades sociais e culturais. As memórias construídas pelos diferentes grupos são oportunizadas a criarem espaços que resgatem sua cultura, caracterizando o museu como um espaço de resistência e preservação dos grupos sociais antes inexistentes em espaços de memória (ARAS, 2002, p. 03).

No Brasil, não se sabe a quantidade exata de museus, sabe-se da existência de um número superior a 1.200 museus no país, sendo que 80 % dos museus brasileiros são instituições públicas (SANTOS, 2004, p. 54.). Tampouco se tem dados

concretos sobre o público, objetivos traçados e resultados obtidos. O que se tem são publicações com levantamentos de muitas instituições sobre a localização, acervo, serviços oferecidos e acesso ao público feitos pelo Cadastro Nacional de Museus-CNM, em parceria com Ministério da Cultura e com o Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, chama-se *Museu em números*. Segundo a Ministra da Cultura Ana de Hollanda, essas publicações periódicas fazem parte de uma política de informação que busca servir de referência para outros estudos.

II. O museu e a escola: Construção do conhecimento em História

Com essa nova abordagem, o objeto passa a ser relacionado ao seu contexto fazendo com que as ações desenvolvidas saiam do edifício e passem a ser exercidas de forma participativa pela comunidade. Isso contribui para a criação de novas tipologias de museus como a dos eco museus, museus abertos, e outros. O acervo passa a ser utilizado como meio para uma leitura crítica do processo histórico, fazendo do museu um espaço dinâmico que reflete o cotidiano.

O que define a tipologia do museu necessita estar caracterizado sob as escolhas da comunidade, para a composição do seu próprio passado (BLOSI, 1983 apud ARAS, 2002, 03). O museu deve buscar estar em contato com a comunidade desde o momento em que formata a concepção do programa do museu até a aquisição dos objetos a serem musealizados.

Lina Aras acredita que as políticas culturais no Brasil não privilegiam a participação das comunidades onde estão inseridas os museus, bibliotecas e academias. Isto é, o cidadão é excluído do processo de preservação do seu patrimônio, sendo tratado apenas como espectador, essa é um dos motivos responsáveis pelo afastamento entre o cidadão e o museu. A fim de, reverter esse quadro, alguns museus tem se preocupado em estabelecer uma relação com a comunidade através da escola. Tem se visto iniciativas como oficinas de educação patrimonial e atividades no interior do museu, esses tipos de ações pedagógicas deverão, conforme as palavras de Aras *estimular a criatividade e instigar a*

curiosidade de forma que os visitantes deparem-se com situações-problemas que envolvam a coleta e sistematização de informação sobre as obras em exposição (ARAS, 2002, p. 05).

Segundo Fernando Seffner, os espaços nos educam, a leitura de romances nos educa, os objetos educam nossos corpos, os modos de lecionar História nos educam tanto quanto o que é dito ou silenciado nas aulas (SEFFNER, 2000, p. 264). A construção de um diálogo entre passado e presente é feita através dessas ferramentas contemporâneas e o professor é o sujeito que irá desenvolver a partir de sua criatividade, práticas visando proporcionar a seus alunos formas de estudo interdisciplinar, problematizando seus discursos advindos do senso comum. Sobretudo, deve utilizar-se desses meios para que a História deixe de ser vista pelos alunos como uma disciplina entediante e relacionada ao conhecimento do tipo descartável, pois estudar História implica mais do que possuir boa memória, implica saber/aprender a pensar criticamente o que se está memorizando.

O espaço material dos museus é constituído, social e simbolicamente pelo encontro de diversas relações entre grupos étnicos, classes sociais, público, artistas, colecionadores etc. No entanto, ao visitarmos um museu é impossível percebermos essa complexa junção de relações sociais e simbólicas, que tornaram possível a sua formação e funcionamento (GONÇALVES, 2005, p.255). Cabe ao professor, usar práticas que façam os estudantes compreenderem que toda construção de uma forma histórica é fruto de negociações entre diferentes posições, além disso, devemos lembrar que existem várias formas de pensar um fato histórico. O trabalho em História busca produzir explicações sobre o mundo e isso envolve raciocínio de conceitos da economia, antropologia, ciência política, filosofia e outras áreas (SEFFNER, 2000, p. 264). Dessa forma, o museu deixará de ser visto como aquele espaço estigmatizado - o "local de coisas velhas" e será um espaço de discussão, informação e reflexão, utilizado como recurso didático pedagógico destinado não apenas ao ensino da história, mas de várias áreas.

Referências:

ARAS, L. M. B.; TEICEIRA, M. G. S.. *Os museus e o ensino de História*. In: IV Seminário Perspectivas do Ensino de História, 2003, Ouro Preto - MG. Anais do IV Seminário Perspectivas do Ensino de História. Ouro Preto - MG: UFOP, 2002. v. 01.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *O tempo histórico no Ensino Fundamental*. Trabalho apresentado na 23ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu, MG, 2000.

FRAGA, Hilda Jaqueline. *A cidade e seus percursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em História*. In: Revista da ANPHU, RS, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social*. In: CHAGAS, Mario (org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, no. 31, p.254-273, 2005

HOMS, Maria Imaculada Pastor. *Pedagogia Museística. Nuevas perspectivas y tendencias actuales*. Barcelona: Ariel Editora, 2004.

MESTRE, Joan Santacana; CARDONA, Francesc Xavier Hernandez. *Museologia crítica*. Gijón: Ediciones Trea, 2006. P.p.91-115.

PERRENOUD, Philippe. *Formar professores em contextos sociais em mudança. Prática reflexiva e participação crítica*. In: Revista Brasileira de Educação, set/dez. 1999, n.12, p.5-21. Trad. Denise Barbara Catani.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. *Museus Brasileiros e política cultural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, no. 55, 2004.

SEFFNER, Fernando. *Teoria, metodologia e ensino de História*. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos [ET AL] (Orgs) *Questões de Teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000.

<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=7518> Acessado em 26 de abril de 2012.